



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PETIÇÃO Nº 14415 - SP (2021/0216448-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
REQUERENTE : CIRO FERREIRA GOMES
ADVOGADOS : HÉLIO PARENTE DE VASCONCELOS FILHO E OUTRO(S) -
CE006102
ANDRE GARCIA XEREZ SILVA - CE025545
FRANCISCO EDUARDO CARIOCA DA COSTA - CE038487
REQUERIDO : FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO
ADVOGADOS : REGINA MARÍLIA PRADO MANSSUR - SP080390
MARIA CECILIA MANCINI TRIVELLATO - SP107630
ANTÔNIO MANSSUR FILHO E OUTRO(S) - SP126250

DECISÃO

Cuida-se de petição com pedido de atribuição de efeito suspensivo em recurso especial interposto por CIRO FERREIRA GOMES (fls. 3-34) contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Informa que, na origem, trata-se de cumprimento de sentença em ação ordinária de indenização por danos morais proposto em face do recorrente – processo n. 0038629-10.2018.8.26.0100 – que tramita no Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de São Paulo (SP).

Alega a parte recorrente que o exequente manifestou-se requerendo a substituição do bem à penhora, indicando o imóvel localizado na Rua Silva Paulet, n. 101, Bairro Meireles, CEP 60120-020, de matrícula n. 38.671, apontando como suposto valor venal do bem o montante de R\$ 365.875,28. O requerimento foi prontamente deferido sem que o executado fosse ouvido (fl. 466).

Assevera que o risco de "dano grave fica caracterizado pela ocorrência da efetiva constrição ilegal sobre o bem do recorrente, o qual se encontra na iminência de ser expropriado" (fl. 32).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

Nos termos dos arts. 1.027, § 2º, 1.028, §§ 2º e 3º, e 1.029, § 5º, III, do Código de Processo Civil, a competência para apreciar o pedido de tutela provisória para suspender o processo na origem somente se transfere ao Superior Tribunal de Justiça após o processamento do recurso especial pelo Tribunal de origem.

O STJ admite o abrandamento da incidência das Súmulas n. 634 e 635 do STF e, por conseguinte, o processamento das tutelas cautelares relativas a recursos especiais pendentes de juízo de admissibilidade na origem para coibir a eficácia de decisão teratológica ou em manifesta contrariedade à jurisprudência assentada pela Corte, o que não é o caso dos autos, tendo em vista a baixa probabilidade de êxito do recurso especial, que demandaria o reexame de provas.

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao recurso especial pleiteado, sem prejuízo do ulterior decisão do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente